



ISSN 1414-7866 (versão impressa)  
ISSN 2448-3605 (versão on-line)

**Paraná Eleitoral**  
revista brasileira de direito  
eleitoral e ciência política

# Tendências do Partido dos Trabalhadores e a indisciplina na Câmara dos Deputados\*

**Cristiana Maglia**

## Resumo

O presente artigo busca analisar a disciplina dos deputados do Partido dos Trabalhadores em meio às suas transformações no sistema político brasileiro e em sua organização interna. Na última década, o PT vem tendo sua indisciplina aumentada, ao mesmo tempo em que parte da literatura aponta para mudanças em sua organização política, sua prática e seu discurso. Ao relacionar esses dois pontos, o artigo tem como objetivo estudar a composição das tendências internas na indisciplina do PT na Câmara dos Deputados. São apresentados dados sobre a indisciplina partidária e os deputados que mais votaram contra a indicação da liderança entre 1991 e 2014. A análise sugere a possibilidade de que a indisciplina parlamentar tenha canalizado a oposição interna do partido, por vezes inclusive resultando em dissidências, como resposta aos impactos de suas transformações na democracia interna do partido.

**Palavras-chave:** Partido dos Trabalhadores; tendências intrapartidárias; Câmara dos Deputados; indisciplina parlamentar; oposição intrapartidária.

## Abstract

This article aims to analyze the discipline of the congressmen and congresswomen of the Workers' Party (PT) at the Brazilian Chamber of Deputies during the transformations the party went through, both in its role in the Brazilian political system and in its internal organization. In the last decade, PT's parliamentarians have increased their indiscipline, at the same time that part of the literature considers that the party went through relevant changes in its political organization, practice and discourse. By relating these two points, the article aims to study how these transformations, especially in the composition of

---

\* Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no 39º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) em outubro de 2015.

## Sobre a autora

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: cris.maglia@gmail.com

internal tendencies, reflected on PT's indiscipline in the Chamber of Deputies. Data on party overall indiscipline and on its most undisciplined deputies between 1991 and 2014 are presented. The analysis suggests that parliamentary indiscipline has channeled the party's internal opposition, sometimes even resulting in dissent, as a response to the impacts on its transformation and on its internal democracy.

**Keywords:** Workers' Party (PT); intraparty tendencies; Chamber of Deputies; parliamentary indiscipline; intraparty opposition.

Artigo recebido em 19 de novembro de 2018 e aprovado pelo Conselho Editorial em 26 de fevereiro de 2019.

## Introdução

O Partido dos Trabalhadores (PT) é um dos principais do sistema partidário brasileiro. Ao longo de quase três décadas de fundação, o PT logrou ser um ponto de referência eleitoral na política brasileira – ao ganhar quatro eleições presidenciais desde 1989 e mantendo uma das maiores bancadas na Câmara dos Deputados em todas as eleições – e também em termos ideológicos – se consolidando como força política hegemônica na centro-esquerda do país. Um dos aspectos característicos importantes do PT, salientado pela literatura, é a alta disciplina parlamentar (Ames, 2003; Figueiredo e Limongi, 1999; Mainwaring, 2001), mesmo com uma ampla gama de tendências e com diversas mudanças em sua organização interna. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é compreender a indisciplina parlamentar do PT a partir das facções e dinâmicas internas do partido.

Ao longo da última década, a disciplina de voto diminuiu entre os deputados federais do PT, particularmente após sua primeira vitória eleitoral para a presidência da república. Ao mesmo tempo, observa-se a emergência de uma literatura sobre as modificações que o partido vem sofrendo em sua estrutura interna nesse mesmo período em que ocupou a presidência (Hunter, 2010, Lacerda, 2002, Ribeiro, 2010). Neste trabalho, a formação e as transformações do partido são revisadas a partir da literatura de referência sobre o tema nas duas primeiras seções do artigo. A primeira seção discute o processo de formação do PT no sistema político brasileiro desde sua fundação até a sua gestão do executivo federal. A segunda foca o processo organizacional e interno do partido. Essa revisão serve

de fundamento para a análise da indisciplina partidária dos deputados da Câmara dos Deputados e das correntes às quais os parlamentares mais indisciplinados estão vinculados.

Nesse sentido, são analisados os parlamentares cuja indisciplina foi significativamente superior à média de votações indisciplinadas em cada mandato. Os dados das votações nominais utilizados fazem parte do Banco de Dados Legislativos do Centro Brasileiro Análise e Planejamento (Cebap). É, ainda, utilizado de forma analítica o Índice de Rice sobre os dados das votações nominais no plenário da Câmara desde a eleição de 1987 para avaliar a evolução da coesão partidária do PT ao longo do tempo. A instrumentalização desse índice foi feita pelo Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (Neci/USP).

## **A formação do Partido dos Trabalhadores**

A história do Partido dos Trabalhadores se inicia com a transição democrática no Brasil. Sua fundação se deu no contexto das medidas da transição “lenta, gradual e segura” do presidente militar Ernesto Geisel e de sua continuidade com o General João Figueiredo, a partir de 1979. Também fez parte desta conjuntura uma crise econômica que agravava a questão da desigualdade de renda do país. Depois de doze anos de regime eleitoral bipartidário, a promulgação da lei 6767/1979 institucionalizou o multipartidarismo dentro da proposta de distensão e como resposta do governo militar aos ganhos eleitorais que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) vinha obtendo, com o intuito de dividir suas lideranças e votos. Neste cenário, porém, foi criado um novo sujeito político-partidário com poucas conexões ao sistema partidário pregresso. O PT seria formado pela junção entre o novo sindicalismo, intelectuais de esquerda e partes progressistas da Igreja Católica, com uma pauta específica de participação da classe trabalhadora na política brasileira.

É possível afirmar que o surgimento do *novo sindicalismo*, no final dos anos 1970 em São Paulo, especificamente na região do ABCD paulista, é o fenômeno mais intimamente ligado à formação do PT (Keck, 1991; Meneguello, 1989). Tal fato foi consequência das transformações passadas pelo Brasil nas décadas anteriores, catalisadas pelo crescimento econômico acelerado na indústria e pelo respectivo aumento do número de operários. Este processo, combinado

com a concentração de renda, acabou por marginalizar a população trabalhadora tanto econômica quanto politicamente. O novo sindicalismo foi assim chamado pela nova forma de conduzir o conflito entre capital e trabalho, distinto do modo tradicional e atrelado ao Estado e por ele gerenciado (Keck, 1991). Assim, buscou-se redefinir a plataforma de reivindicações do movimento sindical, com pautas específicas sobre mudanças na legislação trabalhista brasileira, negociações diretas entre os sindicatos e as empresas, alteração da política de arrocho salarial e direito de greve por meio de atuações políticas, como as greves de 1978, 1979 e 1980 deflagradas pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (Meneguello, 1989).

Quando as greves alcançaram outros setores – para além dos trabalhadores industriais – e outras regiões, o novo sindicalismo lançou as bases de um novo ator político que, com a reforma partidária de 1979, materializou-se na criação de um partido político. Estas movimentações foram levadas a cabo por atores políticos como Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SMSBCD), Olívio Dutra, do Sindicato de Bancários do Rio Grande do Sul, e João Paulo Pires de Vasconcelos, do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, em Minas Gerais. A estas atividades foram somados ideais de intelectuais de esquerda, militantes de movimentos sociais e de tendências clandestinas de esquerda, membros ligados às Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e alguns parlamentares emedebistas para a construção de um partido de composição heterogênea. O PT buscou, então, dentro das especificações legais impostas pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), criar um espaço para possibilitar a participação ativa e a representação da classe trabalhadora no processo político institucional (Keck, 1991; Meneguello, 1989). A fundação do partido se deu no dia 10 de fevereiro de 1980 com a presença de 1.200 militantes de dezoito estados, em São Paulo.

Segundo Meneguello (1989), o PT não foi previsto pelo governo militar, condutor da abertura política, e estava ausente da oposição até então formada, representada pelo MDB. Isso fez com que o partido fosse salientado pela autora como uma “novidade no arranjo de forças políticas advindo com a Reforma Partidária de 1979, qual seja, a ruptura com os padrões conhecidos de organização partidária no Brasil” (Meneguello, 1989, 21). Desta forma, a autora afirma que a origem do partido é a primeira característica que o destaca no

quadro da história partidária brasileira. O segundo destaque do PT tange à organização e funcionamento internos, que originalmente advogavam pela militância permanente e pela ligação estreita com as organizações de base, até mesmo preterindo a disputa eleitoral frente às lutas sociais. O terceiro ponto de singularidade diz respeito à proposta política original petista de orientação ideológica definida pelo caráter classista.

Essas três especificações do modelo petista fazem com que a autora enquadre o PT como o primeiro partido de massas brasileiro, segundo a classificação de Maurice Duverger (1980). Meneguello reconhece que, apesar da importância histórica do trabalho “Os Partidos Políticos”, Duverger é tido pela literatura como ultrapassado pela inadequação de seu modelo analítico aos partidos e sistemas partidários. Contudo, a autora apresenta e discute o modelo de análise de organizações e partidos de massa de Duverger, afirmando que o “Partido dos Trabalhadores adequa-se a ele na sua totalidade” (Meneguello, 1989, 35) justamente por suas especificidades.

Nos mesmos moldes que Meneguello, Keck (1991) apresenta a criação do PT como uma anomalia. Seu caráter anômalo se expressa em três aspectos: a base social sólida do partido no setor operário<sup>1</sup> e nos movimentos sociais; a ênfase no processo de representação (tanto interna quando nas disputas eleitorais); e o conteúdo programático petista, singular no sistema partidário criado na década de 1980. A autora retoma a história da construção do partido, destacando pontos importantes no que concerne à sua estruturação antes de disputar eleições, às vitórias das prefeituras das capitais de São Paulo, Porto Alegre e Vitória e aos desafios do PT de se consolidar nacionalmente.

A trajetória do PT até o Executivo Federal foi marcada por diferentes resultados eleitorais, com importantes conquistas municipais e estaduais. Na Câmara dos Deputados, foco deste trabalho, logrou aumentar seu número de congressistas constantemente desde 1982, como apontado no Quadro 1. Em 2002, o PT formou a maior bancada partidária na Câmara dos Deputados, com 92 parlamentares, ou seja, 17,9%.

---

1. A autora enfatiza também a vinculação orgânica (mesmo que não institucional ou jurídica) entre o PT e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que formam “os novos, coerentes e institucionalizados atores políticos que surgiram durante a transição política” (KECK, 1991, 13).

**Quadro I** – Crescimento do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados: número de deputados eleitos do PT entre 1982-2014

<b>Eleição</b>	<b>1982</b>	<b>1986</b>	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
Número de Deputados do PT	7	16	35	49	58	91	83	88	69

Fontes: Câmara dos Deputados e Banco de Dados Legislativo do Cebrap.

Nas eleições majoritárias para o Executivo, Lula candidatou-se à presidência em três oportunidades antes da vitória de 2002. Como destacado por Hunter (2010), é importante enfatizar que o PT sofreu diversas transformações durante esses anos. Ao repassar a trajetória do PT, a autora destaca a progressiva moderação do discurso do partido e de Lula, no caminho à presidência. Exemplos dessa moderação são a Carta ao Povo Brasileiro e a aliança com José Alencar, do Partido Liberal, na chapa presidencial eleita em 2002. A soma da conquista do Executivo Federal e da maior bancada partidária em 2002 fez com que houvesse a possibilidade de o PT levar a cabo parte dos objetivos do partido, como as políticas sociais. No entanto, Hunter (2010) explicita que parte desta trajetória de expansão se deu por mudanças significativas no partido e em seus políticos, seja pelo abandono de seu programa radical, seja pela conversão do PT em um partido do tipo *catch all* (Kirchheimer, 2012).

Seguindo o paradigma institucionalista, Hunter (2010) aponta que duas frentes de atuação, a do Legislativo e a do Executivo, moldaram o PT atual. Na Câmara, o cenário era de oposição e construção de um partido forte, de esquerda, programático e de organização disciplinada, enquanto no Executivo houve uma inclinação do partido ao centro ao longo das disputas. Dessa forma, alguns aspectos considerados fundamentais na liderança legislativa opositora foram deixados de lado em nome de estratégias mais próximas dos partidos mais convencionais, conduzido pelo intuito de maximizar votos nas eleições majoritárias e, uma vez no governo, viabilizar a governabilidade em meio ao presidencialismo de coalizão (Abranches, 1988; Hunter, 2010). Isso fez com que o PT se tornasse mais suscetível aos incentivos institucionais para a construção de seu apoio político e eleitoral, o que o induziu gradualmente a tomar medidas tais como “afrouxar de suas posições

programáticas, forjar alianças oportunistas e restaurar a patronagem” (Hunter, 2010, 2). O resultado deste processo, segundo a autora, foi uma transformação significativa no partido.

Contudo, Hunter (2010) aponta que o PT não se adaptou completamente ao ambiente, impedido pelos resquícios de seus legados históricos de radicalismo e de comprometimento com um projeto transformador de país. Mesmo em sua adaptação ao Executivo, o PT permaneceu o partido mais disciplinado e coeso do sistema político brasileiro (Hunter, 2010, 42): a adaptação e a moderação do PT ocorreram em conjunto com o constrangimento imposto por esses legados históricos e institucionais.

Para a autora, são duas estratégias distintas: de moderação do discurso no Executivo e de radicalismo no Legislativo. Essas táticas são analisadas por Hunter pela combinação dos vieses da escolha racional e dos neoinstitucionalismos histórico e estratégico para entender continuidades e mudanças em partidos políticos (Hunter, 2010). O institucionalismo estratégico corresponde à adaptação do PT ao ambiente *externo*, enfatizando as respostas da organização partidária aos incentivos<sup>2</sup> deste sistema, ao passo que o institucionalismo histórico destaca a importância de práticas organizacionais e de tomada da decisão *internamente* persistentes que constroem adaptações<sup>3</sup>. Por fim, a autora conclui que o PT avançou em resposta a mudanças das condições do ambiente, mas foi constrangido pela reminiscência de suas trajetórias passadas: as pressões do sistema afetam significativamente a face externa do partido, mas têm dificuldade de alterar parte de seu núcleo interno (Hunter, 2010, 44). Considerando essa dinâmica de pressões externas por adaptação e resistência interna residual, a próxima seção busca mapear as tendências do PT para compreender como se deram tais mudanças, levando em consideração seus atores oposicionistas, radicais e persistentes.

2. Instituições e presidencialismo de coalizão (Abranches, 1988), estrutura de competição eleitoral e mudanças econômicas.
3. A autora aponta, ainda, que o institucionalismo histórico também ajuda a compreender alguns pontos negativos na trajetória do PT: “as restrições do partido ao financiamento de grandes empresas fizeram com que o PT buscasse recursos ilegalmente em cidades governadas por ele. Isso escalonou até o mensalão” (Hunter, 2010, 4). O mensalão também é tratado pela autora como a representação de um choque entre a liderança petista que buscava responder a múltiplas pressões e a resistência à completa acomodação do partido (HUNTER, 2010, 176).

## A organização interna e as tendências do PT

Como abordado anteriormente, especialmente por Hunter (2010), as transformações sofridas pelo PT não foram descoladas da dinâmica interna da instituição. Nesse sentido, é preciso destacar a importância de legados históricos formativos no condicionamento de mudanças de ordem programática e ideológica<sup>4</sup>. Deste modo, a análise da evolução das tendências, correntes e facções<sup>5</sup> do partido, em meio à dinâmica de competição intrapartidária, aproximam a conjuntura de suas transformações ao objeto do trabalho, de mapeamento interno e compreensão de suas mudanças. Dessa forma, esta seção trata sobre a organização interna do PT e o jogo de forças políticas que o conduziram institucionalmente, levando em consideração importantes estudos sobre o tema, de autores como Azevedo (1995), Lacerda (2002), Ribeiro (2010) e Amaral (2010), que dimensionam sua competição intrapartidária e suas diferentes ideologias defendidas.

Não há como descolar a composição originária heterogênea do PT da forma como se constituiu sua organização interna, de conjunção de diferentes concepções ideológicas e estratégicas (Amaral, 2010; Keck, 1991; Meneguello, 1989). A Carta de Princípios, divulgada pelo Movimento Pró-PT, de 1979, já explicitava o intuito de respeitar o direito às tendências e facções, mas, ao mesmo tempo, de não tornar o PT um partido-frente (Ribeiro, 2010).

Em 1983, foi criada a Articulação dos 113, que buscava construir uma maioria estável para unificar os objetivos do PT, bem como controlar recursos organizacionais (Amaral, 2010). A Articulação foi a primeira “coalizão dominante” do PT (Keck, 1991, 136) e contou com a presença de membros do novo sindicalismo, intelectuais e líderes independentes, como Lula, José Dirceu, Jair Meneguelli, Aloízio Mercadante, Marco Aurélio Garcia, Eduardo Suplicy, Benedita da Silva, Hélio Bicudo, Francisco Weffort e Paul Singer. A corrente permaneceu como um grande grupo moderado e pragmático que tinha como objetivo “*manter a hegemonia no PT*”, derrotando as tendências

- 
4. Hunter (2010) analisa as agremiações intrapartidárias como “moderados” e “radicais” por opção metodológica. Buscamos, neste artigo, esquematizar e especificar o lugar das tendências na dinâmica interna do partido.
  5. Tendências, correntes e facções serão consideradas como sinônimos para os fins deste artigo, da mesma forma que trabalhos como Amaral (2010) e Lacerda (2002).

mais à esquerda. Tendo na figura de Lula um segundo elemento aglutinador, a Articulação se configurou como uma espécie de *pacto de governabilidade do PT*” (Ribeiro, 2010, 187).

Nesse contexto, no 5º Encontro Nacional, em 1987, foi aprovada a Regulamentação sobre as Tendências Internas com o objetivo de enquadrar a disputa política dentro do PT, proibindo a dupla militância<sup>6</sup> e disciplinando os partidários. A regulamentação foi intransigente especialmente no reconhecimento de grupos trotskistas, como a Convergência Socialista (CS), a Causa Operária (CO) e O Trabalho (OT). Em 1990, no 7º Encontro Nacional, dez tendências tiveram direito à participação. Entre elas estavam: a Articulação, de caráter moderado e leninista ou trotskista, CS, OT, Democracia Socialista (DS), Força Socialista (FS), Luta pelo Socialismo, Tendência Marxista (TM), Vertente Socialista (VS), Voz Proletária (VP) e Nova Esquerda (antigo Partido Revolucionário Comunista) (Ribeiro, 2010). A primeira tendência dissidente do PT foi, então, a Causa Operária (CO), que teve seu pedido de reconhecimento negado por seu discurso radical extremo, destoante dentro do partido petista.

Ribeiro observa o processo de negociação da regulamentação capitaneada pela Articulação que, apesar de ter seu poder aumentado, se comprometeu a respeitar a proporcionalidade válida para os diretórios e comissões executivas<sup>7</sup> (Ribeiro, 2010). As tendências se institucionalizaram e passaram a ser os “principais veículos de representação interna, canalizando diferentes demandas partidárias” (Amaral, 2010, 139), retendo o monopólio de representação interna no PT e tornando-se “canalizadoras das demandas internas, organizadoras dos conflitos e canais de acesso dos filiados aos postos dirigentes, [...] reconhecidas formalmente como os partidos do sistema político petista” (Ribeiro, 2010, 191).

Em relação às distintas ideologias defendidas dentro do PT, Azevedo (1995) apresenta um dos primeiros trabalhos sobre a

---

6. Uma das motivações da proibição da dupla militância foi a prisão de militantes petistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) em uma tentativa de assalto a um banco para o financiamento da Revolução Sandinista nicaraguense, sem o aval dos órgãos dirigentes do PT (Amaral, 2010, 137).

7. A plena institucionalização da competição se deu no começo da década de 1990, com a proporcionalidade formalmente assegurada no 7º EN e o fim da exigência de 10% de delegados para a disputa de uma chapa ao DN (Amaral, 2010; Lacerda, 2002; Ribeiro, 2010).

organização interna do PT. O autor avalia as posições ideológicas conflitantes do partido por meio da análise dos “documentos básicos” e das Resoluções Políticas dos Encontros Nacionais de 1987, 1989 e 1990. Segundo o autor, até 1995, o partido apresentava o discurso de “socialismo democrático”, desprovido de definição da relação estabelecida entre os termos e marcado por inconsistências e ambiguidades nas escolhas petistas entre leninismo e social-democracia.

A divergência ideológica nas teses apresentadas nos Encontros Nacionais é tratada por Lacerda (2002) em duas dimensões: a ideológica e a programática, o que leva o autor a dividir o partido entre esquerda (que destaca a luta social sobre a luta institucional, ausência de compromisso com a institucionalidade e busca pelo socialismo e alianças restritas) e direita (que enfatiza a luta social por meio do espaço institucional com mesma importância, o compromisso com a institucionalidade e alianças amplas). Conforme os princípios divididos que se propagavam nos Congressos (1991 e 1999) e nos Encontros Nacionais do PT, foi possível perceber uma maior fragmentação e distintos realinhamentos ideológicos e estratégicos, com mais chapas na disputa e na formação do Diretório Nacional.

Vale salientar que, em decorrência desse fracionamento, os órgãos dirigentes deixaram de ser exclusivamente controlados pela Articulação, que também se fracionou, por sua vez, dada a base heterogênea<sup>8</sup>. A tendência se dividiu em 1993 entre as correntes Articulação Unidade na Luta (UNL), de continuidade, e Articulação de Esquerda (AE), dissidente e mais à esquerda. No 8º Encontro, em 1993, a AE e a Democracia Socialista (DS) formaram a chapa “Uma opção de esquerda” que, em conjunto com a chapa “Na Luta PT”, lograram obter, pela primeira vez, uma maioria da esquerda partidária.

O DN de esquerda sofreu diversas críticas de deputados ligados à UNL e à Democracia Radical (junção da Vertente Socialista e da Nova Esquerda), que detinha a maioria nas bancadas estaduais e federal, assim como nas gestões municipais e nos Diretórios Estaduais. As críticas se relacionavam especialmente ao Programa

---

8. A ruína dos regimes socialistas, no final da década de 1980, também é salientada pelos autores Amaral (2010) e Ribeiro (2010) como um ponto de tensão para a Articulação, que possuía visões antagônicas. Apesar de ter majoritariamente formulações teóricas distintas, também possuía alas marxistas e posições ambíguas em relação à revolução.

de Governo da candidatura derrotada de Lula em 1994 e à inabilidade de reação ao sucesso do Plano Real (Ribeiro, 2010, 205).

No 10º Encontro, a Articulação UNL formou aliança com a Democracia Radical e com a chapa de centro “Velhos Sonhos, Novos Desafios”, que foi o fiel da balança na eleição que reconquistou o DN, elegendo José Dirceu como presidente em uma votação apertada contra Raul Pont, representante da DS. Esta vitória transformou a Articulação UNL no chamado Campo Majoritário (CM), de tendências moderadas, que comandou o PT pelos dez anos seguintes por meio de uma estratégia de estimular defecções na esquerda do partido, cooptando dirigentes em troca de cargos (Ribeiro, 2010). Segundo Ribeiro (2010) e Amaral (2010), a Articulação, por ter uma maioria estável, conseguiu levar a cabo uma série de mudanças no desenho institucional e no programa partidário, moldando o perfil do partido que chegaria à Presidência da República em 2003. Formavam o CM, a Articulação UNL, a Democracia Radical e as correntes de centro, PT de Luta e de Massas e Movimento PT.

Para melhor compreensão desse processo e de seu impacto sobre a disciplina parlamentar do partido, vale discutir com um pouco mais de detalhe as principais correntes políticas que comporiam este jogo de forças intrapartidário.

A corrente Nova Esquerda tinha origem no Partido Revolucionário Comunista (PRC), fundado em 1982 por dissidentes do PCdoB e que migrou para o PT. A tendência originalmente de esquerda e radical, que contou com líderes como Tarso Genro e José Genoíno, sofre, a partir do 7º EN (1990), uma transformação ideológica em direção à moderação pelo incentivo institucional de proporcionalidade nas executivas (Ribeiro, 2010, 196). Junto à Vertente Socialista, a Nova Esquerda formaria, posteriormente, a Democracia Radical, grupo considerado mais à direita do PT (Lacerda, 2002, Ribeiro, 2010). Seus principais líderes, além de Genro e Genoíno, eram Marina Silva e Eduardo Jorge.

O Movimento PT, durante a hegemonia da Articulação UNL, de 1995 a 2005, agregou líderes já posicionados no centro e algumas figuras como Arlindo Chinaglia (egresso da AE), Tarso Genro (egresso da NE/DR), Jacques Wagner e Tilden Santiago. A tendência PT de Lutadas e de Massas surgiu principalmente de um coletivo do PT de São Paulo, com os líderes Iara Bernardi, Ricardo Berzoini e os irmãos Tatto, em aliança com a Articulação (Ribeiro, 2010, 210).

As tendências que se mantiveram à esquerda – segundo Lacerda (2002), Ribeiro (2010) e Amaral (2010) – foram a AE, a DS, a CS, a FS, a OT, a TM e o Comitê de Movimentos Populares (CMP)<sup>9</sup>. A Articulação de Esquerda (AE), por meio do seu jornal *A Hora da Verdade*, começou a fazer oposição à tendência Articulação antes mesmo de sua cisão oficial, em 1993. A nova tendência tinha inclinação à esquerda e estava ligada a movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e aos chamados “igrejeiros”. Suas principais lideranças foram Rui Falcão, Cândido Vaccarezza, Arlindo Chinaglia (posteriormente cooptados pelo CM), Adão Preto e Luciano Zica (Lacerda, 2002, 64).

A Democracia Socialista (DS) tem origem trotskista e sempre buscou manter uma corrente de esquerda revolucionária e socialista dentro do PT. Suas principais lideranças foram João Machado, Joaquim Soriano, Heloísa Helena, Raul Pont e Miguel Rossetto. Vale salientar também que a DS se tornou progressivamente uma tendência de centro a partir de 1994 pela boa relação com a Articulação, participando ativamente do partido até os dias de hoje, diferentemente das outras tendências trotskistas (Ribeiro, 2010).

A corrente O Trabalho, também de ideologia trotskista, permanece no PT como a tendência mais à esquerda, mas com baixa representação, com Markus Sokol como principal nome. A tendência Convergência Socialista foi a segunda tendência dissidente do PT. Seus deputados Cyro Garcia e Ernesto Gradella foram disciplinados na Câmara dos Deputados, o que resultou em expulsão, em 1992. No ano seguinte, a CS formou o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). As correntes Tendência Marxista e Comitê de Movimentos Populares foram progressivamente incorporadas em outras facções, como a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) e o Movimento Esquerda Socialista (MES).

Do lado moderado, vale salientar que a cooptação de lideranças diversas pelo Campo Majoritário resultou em um processo de fracionamento, com a formação de tendências com percepções estratégicas e programáticas próximas da hegemônica, mas que buscavam ser cooptadas

---

9. Para mais informações, consulte os quadros “Evolução da correlação de forças na direção nacional do PT (1984-2005)”, de Ribeiro (2010, 194-195) e “Resultado das eleições (% dos votos válidos) para o DN entre 2001 e 2009”, de Amaral (2010, 151).

para alcançar uma posição mais favorável. Segundo Ribeiro (2010), houve uma conjunção entre fragmentação e coesão no jogo político pelo “rolo compressor” do CM. Por outro lado, isso também incentivou a formação de facções desertoras esquerdistas que estariam impotentes e isoladas. Exemplo disso foi a expulsão, em dezembro de 2003, dos deputados Luciana Genro e João Batista (Babá) e a senadora Heloísa Helena pela votação contra a Reforma da Previdência<sup>10</sup>. As tendências MES e CST, ligadas aos deputados, deixaram o PT junto a membros da DS de Heloísa Helena e fundaram, em junho de 2004, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) (Amaral, 2010).

Com a alteração nas regras eleitorais e a institucionalização do Processo de Eleições Diretas (PED), foi implementado, em 1999, a participação de filiados nas eleições para os cargos de direção do PT. Amaral (2010) avalia os efeitos destas mudanças no jogo eleitoral, apontando para o aumento da competição intrapartidária, com mais chapas participando da disputa, mas com pouca oscilação de votos, pois eram poucas as tendências que contavam com a maioria dos votos dos filiados. A conclusão do autor é que a suposição de que a alteração das regras beneficiaria os grupos com maior visibilidade só é verdadeira quando o quadro político também é favorável. Assim, quando a popularidade do Presidente Lula estava alta, a Articulação UNL obtinha mais votos, enquanto no PED de 2005, após o escândalo do mensalão<sup>11</sup>, houve oposição dos filiados contra os grupos que comandavam o partido desde 1995. Somadas às investigações, as renúncias de José Dirceu, chefe da Casa Civil do governo, e José Genoíno, presidente do PT, levaram a uma grande crise (se não a maior) na história do PT devido ao fim da defesa da ética na política, resultado da ênfase na maximização eleitoral e na necessidade de recursos cada vez maiores para campanhas (Hunter, 2010).

No PED de 2005, o Campo Majoritário foi criticado pela esquerda do PT por sua autocracia em relação a alianças e medidas consideradas antiéticas ao longo de sua hegemonia, centrais no

---

10. O Presidente Lula enviou um projeto do Executivo que elevava a idade mínima para a aposentadoria e estabelecia uma contribuição para servidores públicos inativos. Vale salientar que durante o período em que o PT estava na oposição, havia uma grande rejeição em qualquer modificação na previdência (Amaral, 2010, 178).

11. O chamado mensalão foi o esquema de suborno, com dinheiro de financiamento ilegal feito pelo PT a deputados federais para garantir o apoio ao governo.

escândalo do “mensalão”. No entanto, as correntes de esquerda não conseguiram formar uma maioria no DN, dando espaço para que facções moderadas como o Movimento PT e o PT de Lutas e de Massas (cooptadas pelo CM durante sua hegemonia) formassem a composição vencedora. Depois deste resultado, membros da AE, da DS e as tendências Força Socialista e Ação Popular Socialista, como os deputados Ivan Valente e Maninha, se desligaram do PT, bem como Plínio de Arruda Sampaio, que contava com o apoio de grupos de esquerda para a candidatura à presidência do PT.

No PED seguinte, de 2007, houve uma disputa menos intensa, dada concentração de votos em torno da tendência Construindo um Novo Brasil (antiga Articulação UNL/Campo Majoritário) e da chapa Mensagem ao Partido (composta pela DS e por ex-integrantes do CM), o que diminuiu a ala à esquerda e formou um “novo padrão de dinâmica da disputa intrapartidária”, mais moderada a partir de então (Amaral, 2010, 154). A popularidade do Presidente Lula durante este processo é ponto destacado por Amaral (2010) na explicação da maior visibilidade recebida pelas chapas moderadas, o que promoveu a disputa de Dilma Rousseff à presidência, em 2010. Para sua candidatura, houve uma busca por moderação, que continuou com a redução do campo da esquerda partidária e trouxe de volta o Campo Majoritário com as facções PTLM e a nova tendência Novo Rumo (NR) para o DN. Vale salientar ainda que as saídas de facções e militantes de esquerda do PT e a migração da DS para uma área mais moderada também ajudaram a diminuir o terreno da esquerda partidária.

## **Disciplina partidária**

A literatura acerca do funcionamento do Congresso Nacional, especialmente em relação à Câmara dos Deputados e da disciplina partidária, é vasta e diversa. No entanto, existe um debate institucionalista mais demarcado sobre a governabilidade no Brasil durante a redemocratização. Lamounier e Meneguello (1986), Mainwaring (2001) e Ames (2003) defendem que o sistema político partidário no Brasil é caótico, com partidos fracos, políticos indisciplinados e permeado por relações clientelistas. Na década de 1990, contudo, os chamados estudos legislativos, capitaneados por autores como Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (1999) e Fabiano Santos (2002), foram pioneiros na análise da disciplina

partidária por meio de pesquisa empírica, chegando a conclusões diferentes das verdades consagradas sobre o tema: os partidos políticos brasileiros são disciplinados e previsíveis.

Dentro da literatura tradicional mais “pessimista”, Lamounier e Meneguello apontam que o Brasil é “um caso notório de subdesenvolvimento partidário” (1986, 9) no qual não há enraizamento dos partidos na sociedade. Mainwaring (2001) busca analisar o sistema político brasileiro e destaca sua baixa institucionalização, levando em consideração a instabilidade nos padrões de competição eleitoral (pela alta volatilidade eleitoral) e a pouca legitimidade dos partidos e das eleições no Brasil. Em relação à disciplina partidária, Mainwaring (2001) aponta que os partidos são fracos e os políticos autônomos, graças a regras institucionalizadas de junção entre o presidencialismo, um sistema eleitoral permissivo (de lista aberta, que personaliza a votação) e o federalismo (que garante a regionalização do voto).

Na mesma linha “pessimista” em relação à governabilidade na democracia brasileira, o trabalho de Sérgio Abranches (1988), que cunha o termo presidencialismo de coalizão, apresenta as críticas do autor sobre um sistema de trocas clientelistas que poderiam vir a minar a democracia no país. Ames (2003, 258) destaca que, apesar de estudos sobre a alta disciplina parlamentar apontarem para a força do líder, é necessário criticar os benefícios clientelistas recebidos pelos deputados.

Figueiredo e Limongi (1999) foram pioneiros na análise da disciplina partidária e das relações entre Executivo e Legislativo ao mostrar que o desenho constitucional brasileiro, mesmo com o presidencialismo de coalizão, não era por si só fadado ao fracasso e está bem próximo dos modelos parlamentares internacionais. Os autores enfatizam uma “forte e marcante preponderância do Executivo – pelo seu poder de iniciar legislação e forçar a apreciação de matérias – sobre um Congresso que se dispõe a cooperar e vota de maneira disciplinada” (Figueiredo e Limongi, 1999, 20) por uma organização centralizada pelo regimento interno nas mãos do líder sobre regras que distribuem funções parlamentares por meio dos partidos. Os autores apontam que há governabilidade no Brasil pela cooperação entre o Executivo e o Legislativo, facilitada pela previsibilidade do plenário da Câmara dos Deputados. A disciplina partidária, analisada empiricamente por Figueiredo e Limongi (1999), aponta que para qualquer votação na Câmara dos Deputados, em 84,9% das vezes os parlamentares votam de acordo

com a orientação do líder do partido, segundo sua instrumentalização do Índice de Rice nas votações<sup>12</sup>.

Fabiano Santos desenvolve a ideia de que “o sistema político brasileiro passou por uma mudança fundamental [...], do sistema presidencialista faccional para o sistema presidencialista de coalização racionalizado” (Santos, 2002, 238). Tal mudança se daria por uma transferência de poderes decisórios e legislativos para o Executivo, fazendo com que os parlamentares se organizassem em partidos parlamentares para fazer parte do governo ou da oposição, o que, por sua vez, aumenta a previsibilidade. Bem como Figueiredo e Limongi (1999), Santos destaca que, na análise das votações em plenário, é possível perceber uma delimitação de espectro ideológico, deixando o comportamento individualista dos deputados à margem.

Em relação ao Partido dos Trabalhadores, os autores destacam o ponto máximo de probabilidade de voto disciplinado, de 0,973 (Figueiredo e Limongi, 1999, 27). As votações do PT também são enfatizadas por Mainwaring, juntamente a partidos de esquerda, pela disciplina quase perfeita (Mainwaring, 2001). Contudo, como veremos a seguir, a disciplina partidária do PT caiu a partir de 2003 e fica abaixo dos 85% durante o ano do escândalo do Mensalão. Assim, no presente artigo, é buscado analisar como se dá esta indisciplina conforme as tendências internas, correlacionando a falta de coesão e a oposição dentro do partido, refletida na Câmara dos Deputados.

## **Análise da disciplina partidária do PT**

Esta seção aborda a análise da disciplina partidária do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados. Em primeiro lugar, é importante salientar que certas votações são mais sensíveis às regras partidárias em relação à disciplina. Pode-se afirmar que não é qualquer votação indisciplinada que leva à punição de um deputado. Em certas votações é demandada maior coesão do partido, com a indisciplina podendo levar à condenação de um partidário ou de seu grupo. Um exemplo histórico é a expulsão de Ayrton Soares (SP), Bete Mendes (SP) e José Eudes (RJ) pela votação indisciplinada em Tancredo Neves para a presidência, quando da orientação

---

12. O Índice varia de 0 a 100, sendo feito pela subtração da proporção de votos minoritários dos votos majoritários.

de abstenção. Outro caso ocorreu em 1993, quando Luiza Erundina aceitou a pasta da Secretaria da Administração Federal do governo do Presidente Itamar Franco, contrariando a orientação da cúpula do PT, o que resultou em suspensão de seus direitos.

Com os dados das votações da Câmara dos Deputados a partir do ano de 1989, é possível analisar a disciplina partidária do PT de maneira empírica. Vale salientar que, neste artigo, será utilizado o Índice de Rice (IR) dos deputados petistas para aferir variações na coesão do partido. A instrumentalização do índice utilizada foi feita pelo Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (NECI) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, conforme exposto no Quadro 2. Do Índice de Rice, pode-se perceber que a disciplina partidária do PT é bastante alta, com média anual de mais de 94, com um máximo de 99,44 em 2000. No entanto, em alguns momentos, a disciplina partidária diminuiu, como em 2005, 2006, 2010, 2012, 2013 e 2014, com índices abaixo dos 90%.

Utilizando as votações nominais de cada deputado do PT, disponibilizadas pelo Banco de Dados Legislativos do Centro Brasileiro Análise Planejamento (Cebrap), foi possível analisar a participação específica de parlamentares e tendências que conduziram às variações no IR do partido entre os anos de 1989 e 2014. Dessa forma, buscou-se contabilizar os deputados de maior frequência de indisciplina em cada um dos sete mandatos sob vigência do atual sistema político. Para acompanhar a vinculação do grupo de deputados mais indisciplinados de cada mandato a uma tendência, analisou-se os parlamentares cujo número de votos discrepantes do líder fosse superior a um (01) desvio padrão acima da média entre os indisciplinados daquele mandato. Deste modo, pode-se obter uma lista, ponderada pela conjuntura de cada mandato, dos deputados que naquela circunstância eram mais indisciplinados<sup>13</sup>.

---

13. O Banco de Dados Legislativos do Cebrap disponibiliza as votações a partir de 1989, sendo os deputados mais indisciplinados, no período que vai até 1990, João Paulo (MG), com três votações indisciplinadas, e José Genoíno (SP), com duas votações, em um total de 85 votações. Vale notar que essas votações não se encaixam no quesito de discrepância acima, de um desvio padrão da média, para identificar um parlamentar indisciplinado.

**Quadro 2 – Índice de Rice dos Deputados do PT, de 1989 a 2014<sup>14</sup>**

<b>Ano da Votação</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
Índice de Rice	96,6	99,1	96,2	92,1	94,9	98,9	97,4	97,9	97,3	98	97,8	99,4	99,2
<b>Ano da Votação</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Índice de Rice	98,9	96,5	93,1	84,9	89,2	97,6	97,2	95,6	82,7	94,8	88,5	87,3	86,4

Fonte: Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (Neci/FFLCH – USP). Elaboração própria.

14. Os dados são de até setembro de 2014.

**Quadro 3** – Lista de deputados mais indisciplinados, considerando votos discrepantes do líder acima da média, desconsiderando as faltas

<b>1991-1994</b>	<b>Número de votações indisciplinadas</b>	<b>Tendência</b>
João Paulo	10	Articulação – base sindical
Ricardo Moraes	8	Articulação – base sindical
Florestan Fernandes	7	Independente
Cyro Garcia	7	Convergência Socialista
Paulo Paim	6	Independente
Ernesto Gradella	5	Convergência Socialista
Total de Votações	256	
<b>1995-1998</b>	<b>Número de votações indisciplinadas</b>	<b>Tendência</b>
Chico Vigilante	12	Articulação Unidade na Luta
Luiz Gushiken	11	Articulação Unidade na Luta
José Pimentel	10	Articulação Unidade na Luta
Fernando Ferro	8	Movimento PT
José Augusto	8	Articulação Unidade na Luta
Luciano Zica	8	Articulação de Esquerda
Eduardo Jorge	7	Vertente Socialista
Humberto Costa	7	Articulação Unidade na Luta
Padre Roque	7	Movimento PT
Paulo Delgado	7	Articulação de Esquerda
Waldomiro Fioravante	7	Articulação de Esquerda
Total de Votações	554	
<b>1999-2002</b>	<b>Número de votações indisciplinadas</b>	<b>Tendência</b>
Eduardo Jorge	8	Vertente Socialista
Babá	5	Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST)
Padre Roque	5	Movimento PT
Fernando Marroni	4	PT Amplo - Novo Grupo - Soc.21
José Genoíno	4	PRC/Nova Esquerda/ Democracia Radical
<b>1999-2002</b>	<b>Número de votações indisciplinadas</b>	<b>Tendência</b>
Milton Temer	4	Força Socialista
Nilmário Miranda	4	Articulação UNL/CNB
Total de Votações	436	

[continua na próxima página]

<b>2003-2006</b>	<b>Número de votações indisciplinadas</b>	<b>Tendência</b>
João Fontes	47	Não informado
Walter Pinheiro	37	Democracia Socialista
Babá	36	Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST)
Dra. Clair	34	Independente
Luciana Genro	29	Movimento Esquerda Socialista (MES)
Chico Alencar	22	Independente
Paulo Rubem Santiago	21	Articulação de Esquerda
Ivan Valente	18	Força Socialista/Ação Popular Socialista
João Alfredo	16	Democracia Socialista
Total de Votações	443	
<b>2007-2010</b>	<b>Número de votações indisciplinadas</b>	<b>Tendência</b>
Iran Barbosa	24	Articulação de Esquerda
Francisco Praciano	17	Democracia Socialista
Anselmo	15	Articulação de Esquerda
Décio Lima	15	Construindo um Novo Brasil
Geraldo Magela	14	Movimento PT
Antônio Carlos Biscaia	13	Independente
Eduardo Valverde	13	Articulação de Esquerda
Henrique Afonso	13	Articulação de Esquerda
Jorge Boeira	13	Não informado
Cida Diogo	12	Articulação de Esquerda
Virgílio Guimarães	12	Articulação de Esquerda
Total de Votações	617	
<b>2011-2014</b>	<b>Número de votações indisciplinadas</b>	<b>Tendência</b>
Francisco Praciano	69	Democracia Socialista
Amauri Teixeira	51	Democracia Socialista
Alessandro Molon	46	Articulação de Esquerda
Weliton Prado	46	Construindo um Novo Brasil
Roberto Policarpo	45	Construindo um Novo Brasil
Jesus Rodrigues	45	Articulação pela base
Erika Kokay	41	Construindo um Novo Brasil

[continua na próxima página]

2011-2014	Número de votações indisciplinadas	Tendência
Fernando Dantas Ferro	40	Democracia Socialista
Antônio Eudes Xavier	40	Democracia Socialista
Janete Pietá	39	Mensagem ao Partido
Antônio Biffi	38	Movimento PT
Waldenor Pereira	38	Mensagem ao Partido
Total de Votações	432	

Fonte: Elaboração própria, com base no Banco de Dados Legislativos do Cebrap, em notícias de jornais *online* e em sites de parlamentares.

No período que vai de 1991 a 1994, os deputados que votaram mais de um (1) desvio padrão acima da média de votações indisciplinadas foram João Paulo (MG), Ricardo Moraes (AM), Florestan Fernandes (SP), Cyro Garcia (RJ), Paulo Paim (RS) e Ernesto Gradella (SP). Em 1992, os deputados Cyro Garcia e Ernesto Gradella, da corrente Convergência Socialista (Cruz, 2005), foram expulsos do PT pela indisciplina na continuidade da campanha “Fora Collor”. A expulsão dos dois resultou na saída da tendência Convergência Socialista do PT e na fundação do PSTU.

Também em 1992, Ricardo Moraes, ligado à base sindical do partido, foi expulso do PT por alegações de corrupção (Gondim, 1994). Paulo Paim, independente de tendências (Líderes e tendências, 2002), permanece no PT, sendo senador do partido pelo terceiro mandato consecutivo. Florestan Fernandes, também independente, mas próximo de tendências marxistas como Força Socialista e Tendência Marxista, permaneceu no PT até seu falecimento, em 1995.

Os mandatos parlamentares sob a hegemonia do Campo Majoritário (1995-1998 e 1999-2002) no PT são os que apresentam os menores índices de indisciplina dos deputados petistas. A análise das tendências dos deputados mais indisciplinados durante tal período revela uma predominância de correntes vinculadas ao Campo Majoritário, ilustrando o grau de influência do agrupamento sobre o partido, dado que a contestação era interna a ele e os demais grupos demonstravam maior correspondência à indicação da liderança.

No mandato que vai de 1995 a 1998, onze deputados votam acima da média de votações indisciplinadas em um desvio padrão ou mais. Os deputados Chico Vigilante (DF), Luiz Gushiken (SP),

José Pimentel (CE) e Humberto Costa (PE) faziam parte da corrente majoritária do PT, a Articulação – Unidade na Luta, sendo que alguns deles permaneceram no partido. Fernando Ferro (PE) e Padre Roque (PR) eram membros da tendência Movimento PT e Eduardo Jorge (SP) da Vertente Socialista, ambas articuladas com o Campo Majoritário. A única corrente à esquerda do partido que fazia oposição à indicação do líder era a Articulação de Esquerda, com os deputados Luciano Zica (SP), Paulo Delgado (MG) e Waldomiro Fioravante (RS). Em 1997, José Augusto (SP), também da tendência Articulação UNL, foi expulso por denúncias de ligações com ações criminosas (DEPUTADO..., 1997), tendo migrado para o PSDB.

No período de 1999-2002, os deputados mais indisciplinados também estavam ligados, em sua maioria, ao Campo Majoritário: Eduardo Jorge (SP) militava na corrente Vertente Socialista; Padre Roque (PR), no Movimento PT; Fernando Marroni (RS), no PT Amplo<sup>15</sup>; José Genoíno (SP), na Democracia Radical; e Nilmário Miranda, na Articulação UNL. No entanto, duas correntes de esquerda se destacam com os deputados indisciplinados Babá (PA) e Milton Temer (RJ) (Zorzan, 2002): a Corrente Socialista dos Trabalhadores e a Força Socialista, respectivamente. Vale salientar que a indisciplina constante desses dois deputados e de suas correntes, como será visto em seguida, resultou em sua expulsão e posterior criação do PSOL em 2004.

O mandato de 2003 a 2006 é marcado por dois eventos. Em primeiro lugar, houve a expulsão dos deputados Babá – da tendência CST –, Luciana Genro (RS) – do Movimento Esquerda Socialista (MES) –, João Fontes (SE) e da senadora Heloísa Helena (AL) pela indisciplina na votação da reforma da previdência, em 2003 (Mignone, 2003). João Fontes, o mais indisciplinado dos deputados no período, com mais de 10% de indisciplina no total de suas votações, foi expulso (Bombig, 2003) e se filiou ao PDT. O segundo evento que marcou o período foi com o escândalo do mensalão, em 2005, e o fim da hegemonia do Campo Majoritário. A disciplina chegou ao patamar de 84%, com destaque para as votações indisciplinadas dos deputados Chico Alencar (RJ), Ivan Valente (SP), João Alfredo (PE),

---

15. O PT Amplo e Democrático é uma tendência de centro, com militantes do Rio Grande do Sul que, no nível nacional, participa da chapa Mensagem ao Partido desde o PED de 2005.

Paulo Rubem Santiago (PE) e Dra. Clair (PR), que se desfilharam do PT nos anos seguintes, indo para o PSOL (como é o caso dos três primeiros), para o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e para o Partido Verde (PV). Walter Pinheiro (BA) continuou no PT e militou na corrente trotskista Democracia Socialista até 2016.

Com a reeleição do Presidente Lula e a saída de políticos opositores à Articulação – Unidade na Luta/Construindo um Novo Brasil, o Índice de Rice volta a subir. É possível destacar, no entanto, a oposição realizada pela indisciplina dos deputados da tendência Articulação de Esquerda<sup>16</sup>, como Iran Barbosa (SE), Anselmo (RO), Eduardo Valverde (RO), Henrique Afonso<sup>17</sup> (AC), Cida Diogo (RJ) e Virgílio Guimarães (GO). Francisco Praciano (AM), militante da Democracia Socialista, também foi um dos deputados mais indisciplinados, pela participação na chapa Mensagem ao Partido. Já Décio Lima (SC), pertencente à tendência CNB, faz oposição à sua corrente, participando da chapa Mensagem ao Partido desde o PED de 2007 (Junqueira, 2013). Outro destaque pode ser dado a Jorge Boeira (SC) que, em 2011, se desfilhou do PT e foi deputado federal pelo Partido Progressista (PP).

Entre 2011 e 2014, Francisco Praciano continuou como um dos deputados mais indisciplinados, tendo ido contra a indicação do líder em 23% das votações. A tendência DS se estruturou como a corrente mais contestadora da liderança do PT, considerando ainda a indisciplina de deputados como Amauri Teixeira (BA), Fernando Dantas Ferro (PE) e Antônio Eudes Xavier (CE). As correntes Articulação de Esquerda e Articulação pela Base (presente no Piauí) foram representadas respectivamente por Alessandro Molon (RJ) e Jesus Rodrigues (PI). Deputados como Weliton Prado (MG), Roberto Policarpo (DF) e Erika Kokay (DF) eram do Campo Majoritário, mas também tiveram uma indisciplina destacada. Janete Pietá (RJ), Antônio Biffi (MS) e Waldenor Pereira (BA) se mantiveram no campo opositor à direção do partido, na chamada

---

16. Todos os militantes da tendência Articulação de Esquerda foram assim classificados por meio do contato com Valter Pomar pelo contato no sítio eletrônico da corrente, disponível em: [<http://www.pagina13.org.br/>].

17. Em 2009, Henrique Afonso foi punido junto a Luiz Bassuma pela indisciplina em uma votação pela descriminalização do aborto. No mesmo ano, o deputado saiu do PT e se juntou à Marina Silva na filiação ao Partido Verde (PV).

Mensagem ao Partido, que aglutinou tendências diferentes. A disciplina caiu nesse período, com o Índice de Rice chegando a um patamar de 86,44% em 2014.

A partir da análise da taxa de governismo criada pelo banco de dados Basômetro de 2010 a 2014, durante o primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff, é possível perceber a queda de apoio da base governamental. A bancada petista oscilou entre 97% de governismo em 2011, 98% em 2012, 94% em 2013 e 90% em 2014 (até outubro). Mesmo com a alta taxa de governismo, a aparente contestação da base governamental de Dilma, por questões econômicas e também pelas manifestações de junho de 2013, refletiu-se nas votações dos deputados do PT.

Algumas das votações mais controversas foram: 1) a alteração da Lei 9440/1997, de estabelecimento de incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e da indústria automotiva, quando os 45 deputados petistas votaram contra o governo e 15 a favor; 2) o Novo Código Florestal, quando 34 deputados petistas votaram contra a orientação do líder, frente aos 44 que a acataram; e 3) a prorrogação das concessões de energia e diminuição das tarifas, que contou com 48 votos contra a posição governamental e 21 votos pró-governo. De todo modo, a longevidade do partido no Executivo Federal parece suscitar um maior número de conflitos de agenda entre os parlamentares e a liderança da legenda.

## Considerações finais

O Partido dos Trabalhadores surge no sistema político brasileiro como algo novo e singular. Tal singularidade se expressa em uma alta coesão partidária, refletida no elevado processo de deliberação interna da expressão parlamentar do partido. A expansão do PT, em especial a partir de sua condução ao Executivo, provocou diversas mudanças na organização política, problematizadas pela literatura. Em comum, percebe-se uma tendência de moderação em seu discurso, agenda e práticas políticas. Wendy Hunter (2010) aponta que tais transformações seriam derivadas de uma pressão *externa* advinda do novo papel adquirido pelo partido no sistema político. Ainda assim, tais adaptações seriam constringidas *internamente* pelos traços remanescentes da trajetória formativa do partido. Esta percepção encontra relação com a análise desenvolvida neste trabalho.

Parte da singularidade atribuída ao PT se manifesta na democracia de sua organização intrapartidária. O partido conviveu com a disputa entre tendências de variados matizes de esquerda e conseguiu canalizar esta disputa em sua organização interna. O processo de adaptação do PT, contudo, conviveu com a hegemonização de um grupo político (o Campo Majoritário) sobre sua estrutura institucional. Essa hegemonia também encontra relação com a composição da indisciplina do partido. Os deputados desta coalização passaram a predominar no debate político da legenda, refletido na indisciplina parlamentar, ambos antes mais dispersos entre as tendências. Durante este período, o partido atinge o menor Índice de Rice de sua série histórica.

Quando a bancada petista passa a compor o governo, desde o mandato de 2002-2006, a indisciplina do partido cresce. Nesse período, os deputados mais indisciplinados passaram a ser aqueles vinculados à oposição interna do partido, resultando inclusive em dissidências, como a que originou o PSOL. Os dados sugerem que o crescimento da indisciplina do PT na Câmara dos Deputados pode refletir nos constrangimentos *internos* aos quais Hunter se refere, personalizados em parte de sua bancada. Deriva-se dessa percepção a conclusão de que a indisciplina parlamentar tenha canalizado a oposição interna do partido, por vezes resultando em dissidências, como alternativa à progressiva uniformização na democracia interna do partido.

## Referências

- ABRANCHES, S. (1988). Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados*, vol. 31, n. 1, p. 5-34.
- AMARAL, O. (2010). *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. 2010. 306 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- AMES, B. (2003). *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- AZEVEDO, C. B. (1995). *A estrela partida ao meio*. São Paulo: Entrelinhas.
- BASÔMETRO. *Base de Dados do Estadão*. Disponível em: [<http://estadaodados.com/basometro/>]. Acesso em: 20 out. 2014.

- BOMBIG, J. A. (2003). PT recomenda expulsão sumária de Fontes. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: [<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2406200306.htm>]. Acesso em: 24 out. 2014.
- BRASIL. *Câmara dos Deputados*. Disponível em: [<http://www2.camara.leg.br/>]. Acesso em: 25 out. 2014.
- CEBRAP. (2014). *Banco de Dados Legislativos do Centro Brasileiro Análise e Planejamento*. São Paulo: Cebrap.
- CRUZ, D. (2005). Porque somos diferentes. *PSTU*. Disponível em: [<https://www.pstu.org.br/porque-somos-diferentes/>]. Acesso em: 24 out. 2014.
- DEPUTADO do PT pode ser expulso por ter contratado o PM Rambo. (1997). *Folha de S.Paulo*. Disponível em: [<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/4/08/cotidiano/23.html>]. Acesso em: 24 out. 2014.
- DUVERGER, M. (1980). *Os partidos políticos*. Brasília: Ed. UnB.
- FIGUEIREDO, A; LIMONGI, F. (1999). *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. São Paulo: Editora FGV/Fapesp.
- GONDIM, A. (2014) Ex-petista afirma que os radicais ameaçam Lula. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: [<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/07/brasil/6.html>]. Acesso em: 25 out. 2014.
- HUNTER, W. (2010). *The Transformation of the Workers' Party in Brazil, 1989-2009*. New York: Cambridge University Press.
- JUNQUEIRA, C. (2013). Alves distribui cargos para se eleger. *Valor Econômico*. Disponível em: [<https://www.valor.com.br/politica/2992190/alves-distribui-cargos-para-se-eleger>]. Acesso em: 24 out. 2014.
- KECK, M. (1991). *PT: a lógica da diferença – o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática.
- KIRCHHEIMER, O. (2012). A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 7, p. 349-385.
- LACERDA, A. D. (2002). O PT e a Unidade Partidária como Problema. *Dados*, vol. 45, n. 1, p. 39-76.
- LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.
- LÍDERES E TENDÊNCIAS. (2002). *Folha de S.Paulo*. Disponível em: [[https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/partido-lideres\\_e\\_tendencias.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/partido-lideres_e_tendencias.shtml)]. Acesso em: 24 out. 2014.
- MAINWARING, S. (2001). *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto/Rio de Janeiro: FGV.
- MENEGUELLO, R. (1989). *PT: A formação de um partido, 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra.

- MIGNONE, R.** (2003). PT expulse radicais do partido. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: [<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56445.shtml>]. Acesso em: 24 out. 2014.
- NECI.** *Base de dados legislativos do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo*. Disponível em: [<http://neci.fflch.usp.br/>]. Acesso em: 25 set. 2014.
- RIBEIRO, P. F.** (2010). *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: EdUFSCar.
- SANTOS, F.** (2002). Partidos e comissões no presidencialismo de coalizão. *Dados*, vol. 45, n. 2, p. 237-264.
- ZORZAN, P.** (2002). Até agora calada, esquerda do PT reivindica espaço. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: [<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2810200218.htm>]. Acesso em: 24 out. 2014.